

Coordenadores
Mafalda Miranda Barbosa
Nelson Rosenvald
Francisco Muniz

DESAFIOS DA NOVA RESPONSABILIDADE CIVIL

2019

SUMÁRIO

1.	RESSARCIMENTO DOS DANOS PURAMENTE PATRIMONIAIS NO CONFRONTO ENTRE OS SISTEMAS DE <i>COMMON LAW</i> E CONTINENTAIS – <i>Adelaide Menezes Leitão</i>	13
I.	Os danos puramente patrimoniais nos sistemas de <i>common law</i> ...	13
II.	Os danos puramente patrimoniais nos sistemas continentais	17
III.	Síntese	21
2.	A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO PROSPETO – <i>Alexandre de Soveral Martins</i>	23
1.	Introdução. O prospeto e a importância da informação nele contida	23
2.	As finalidades da responsabilidade civil pelo prospeto.....	24
3.	Algumas novidades da União Europeia	25
4.	A responsabilidade pelo prospeto no CVM	27
5.	Os responsáveis	29
6.	O titular do direito de indemnização	32
7.	A culpa.....	32
8.	O dano, o nexo causal e o direito de indemnização	33
9.	Causas de exclusão de responsabilidade.....	36
10.	Para refletir	36
3.	A ILICITUDE NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E DEMAIS ENTIDADES PÚBLICAS: NOTAS ESPARSAS SOBRE O PROBLEMA DA FRUSTRAÇÃO DA CONFIANÇA – <i>Ana Raquel Gonçalves Moniz</i>	39
4.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – <i>António Barreto Menezes Cordeiro</i>	49
1.	Introdução	49
2.	Illicitude.....	50

3. Danos	52
4. Causalidade	54
5. Lesados	55
6. Agentes prevaricadores: enquadramento	57
7. A responsabilidade do responsável pelo tratamento	59
8. A responsabilidade do subcontratante	60
9. O afastamento da culpa.....	61
10. Responsabilidade solidária e direito de regresso	62
11. Conclusões.....	63
5. ERRO-VÍCIO CULPOSO E A FORMAÇÃO DA VONTADE NAS PESSOAS COLETIVAS – <i>Diogo Costa Gonçalves</i>	65
1. O caso da «exploração de minério»	67
2. Coordenadas gerais	67
3. Requisitos normativos da relevância do erro.....	69
4. Sendo <i>P2</i> uma pessoa singular	72
5. Cont.: desculpabilidade, essencialidade e <i>culpa in contrahendo</i>	72
6. Ponderação crítica	74
7. Sendo <i>P2</i> uma pessoa coletiva	75
8. Sinopse.....	76
6. ALGUMAS QUESTÕES EM TORNO DO ILÍCITO POR OFENSA AO CRÉDITO E AO BOM NOME – O ARTIGO 484º DO CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS – <i>Filipe Albuquerque Matos</i>	79
I. Ilícito por ofensa ao Bom Nome e ao Crédito	79
II. Prevalência da Liberdade de Informação no âmbito do conflito entre este direito quadro “ <i>Rahmenrecht</i> ” e os direitos À Honra e ao Bom Nome	84
III. A Prevalência da Liberdade de Expressão nos conflitos entre a Liberdade de Expressão e a Honra, Bom Nome e Crédito	93
IV. O predomínio da Liberdade de Expressão e a dificuldade de responsabilização da imprensa nas hipóteses de divulgação de factos inverídicos ou inexatos	104

7.	ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO E RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ORDENAMENTOS LUSO-BRASILEIRO E NORTE-AMERICANO – <i>Francisco Arthur de Siqueira Muniz</i>	111
1.	Sintetização da problemática e delineamento do percurso da investigação: a edificação de relações de responsabilidade civil extracontratual no contexto do exercício abusivo do direito de ação	111
2.	Da compreensão do conceito de direito de ação à configuração de seu exercício abusivo no direito luso-brasileiro	116
3.	Abuso de direito no âmbito do processo nos sistemas de <i>common law</i>	123
4.	Conclusões.....	125
8.	DAS FUNÇÕES RECONSTITUTIVA E PUNITIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL: PROPOSTAS DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS – <i>Henrique Sousa Antunes</i>	127
1.	Notas introdutórias	127
2.	O resgate do lucro ilícito.....	128
3.	A pena privada.....	131
4.	Propostas de reforma do Código Civil português.....	141
5.	Notas finais.....	146
9.	ALGUMAS NOTAS SOBRE A PROBLEMÁTICA DE DANOS PURAMENTE PATRIMONIAIS EM SEDE DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL SUBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – <i>Hong Cheng Leong</i>	151
I.	Nota Introdutória	151
II.	Causas endógenas	153
III.	Causas exógenas	165
IV.	Síntese conclusiva	168
10.	<i>RELIANCE</i> : EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS COM BASE NA CONFIANÇA DEPOSITADA NA INFORMAÇÃO RECEBIDA (V. 2.0) – <i>José Ferreira Gomes</i>	171
1.	Introdução	171
2.	Requisitos da exclusão de responsabilidade civil.....	174
3.	Casuística	191

4.	Enquadramento dogmático: <i>ilicitude</i> ou culpa?	199
11.	RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL POR VIOLAÇÃO DOS DEVERES CONJUGAIS: À DESCOBERTA DA ILICITUDE – <i>Karenina Tito</i>	205
1.	Introdução	205
2.	O modelo de responsabilidade consagrado em Portugal e enquadramento do problema	206
3.	Posição negatória (Guilherme de Oliveira e Francisco Pereira Coelho)	209
4.	Posição responsabilizatória (Mafalda Miranda Barbosa)	213
5.	Breves notas sobre o problema	215
6.	Conclusões	219
12.	ENTRE A ILICITUDE E O DANO – <i>Mafalda Miranda Barbosa</i>	223
1.	Introdução. Apresentação do problema	223
2.	A ilicitude delitual: sua conformação	226
2.1.	As modalidades de ilicitude	226
2.2.	A relação entre as diversas modalidades de ilicitude. Ilicitude de conduta e ilicitude de resultado versus desvalor de conduta e desvalor de resultado	233
2.3.	A justificação da ilicitude como requisito autónomo de procedência de uma pretensão indemnizatória	240
2.4.	Consequências dogmáticas da exigência de ilicitude	243
3.	Entre a ilicitude e o dano: a causalidade preenchedora da responsabilidade	245
4.	Dano mínimo e dano da privação do uso	254
5.	O dano da perda de valor	256
6.	Danos não patrimoniais e danos acionáveis por si	262
13.	A NOTAÇÃO DE RISCO E A PROTECÇÃO DOS INVESTIDORES. UM DESAFIO AO DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL – <i>Manuel Carneiro da Frada</i>	269
14.	AS FRONTEIRAS ENTRE A RESTITUIÇÃO DO LUCRO ILÍCITO E O ENRIQUECIMENTO POR INTROMISSÃO – <i>Nelson Rosenvald</i>	277
1.	Introdução	277
2.	Do “monoenriquecimento” ao “polienriquecimento” injustificado	278

3.	A jurisprudência Brasileira recente.....	284
4.	A insuficiência do enriquecimento sem causa como alternativa à restituição por lucros ilícitos.....	290
4.1.	Enriquecimento sem causa como fonte obrigacional residual.....	290
4.2.	Enriquecimento sem causa e violação de situações existenciais	307
5.	A reformulação do conceito de restituição integral	310
6.	Conclusão	313
15.	DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E A POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO PELO INTERESSE POSITIVO NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO – <i>Pablo Malheiros da Cunha Frota</i>	315
1.	Introdução.....	315
2.	Dinamização do crédito a partir dos deveres contratuais gerais ...	323
3.	Possíveis consequências advindas do descumprimento contratual.	330
4.	Sentido de interesse e a distinção entre interesse positivo e negativo na responsabilidade contratual.....	336
5.	Conclusão: interesse positivo deve ser tutelado no direito privado brasileiro	347
16.	RESPONSABILIDADE CIVIL E PRESCRIÇÃO – <i>Pedro Pais de Vasconcelos</i>	353
I.	Introdução	353
II.	Objeto da prescrição	353
III.	O início da prescrição	354
IV.	A importância da pretensão no tema do início da prescrição.....	356
V.	Da prescrição no seguro para a prescrição na responsabilidade civil.....	367
VI.	O dies do facto/dano e o dies da rejeição da responsabilidade	370
17.	RESPONSABILIDADE COMERCIAL – PRIMEIRA QUESTÃO – <i>Pedro Leito Pais de Vasconcelos</i>	373
	Um problema de responsabilidade comercial.....	373
	Aproximação externa vs aproximação interna	379

Responsabilidade noxal vs responsabilidade institóia	380
Responsabilidade comercial	388
18. REFLEXÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DE PROVEDORES PELO CONTEÚDO POSTADO POR USUÁRIOS NA INTERNET – <i>Rafael de Freitas Valle Dresch</i>	395
1. Introdução	395
2. A responsabilidade dos provedores de aplicação por danos decor- rentes de conteúdo gerado por usuários	396
3. O fornecimento da URL e a identificação clara e específica do con- teúdo lesivo	399
4. O cumprimento de ordens para fornecimento de informações re- quisitadas pelo Poder Judiciário	401
5. A responsabilidade civil dos provedores de aplicação de busca	404
6. Considerações finais	405
19. ALGUNS DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES FA- MILIARES E AS REDES SOCIAIS – <i>Renata Vilela Multedo</i>	407
1. Considerações iniciais	407
2. A constitucionalização do direito de família brasileiro	409
3. A incidência da responsabilidade civil nas relações familiares pelo descumprimento dos deveres conjugais e convivenciais e a expo- sição da infidelidade no ambiente virtual	415
4. A responsabilidade dos pais perante o comportamento dos filhos nas redes sociais e o cyberbullying.....	423
5. Os métodos adequados para resolução de conflitos: em busca da construção da paz	425
6. Referências Bibliográficas	430